

O MOMENTO PARA RENEGOCIAR A DÍVIDA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Gazeta Mercantil, 05.08.1982

A renegociação da dívida externa brasileira só ocorrerá quando começar a se constituir uma espécie de consenso entre credores e devedores a respeito da necessidade ou inevitabilidade dessa renegociação. Ora, tudo indica que esse relativo consenso está começando a se estabelecer. É possível, portanto, prever que o Brasil, dentro de um prazo relativamente curto, deverá promover ou solicitar o re-escalonamento dos seus débitos.

Nesse processo, entretanto, a escolha do momento exato é fundamental. Se o Brasil se antecipar à tomada de consciência por parte dos banqueiros internacionais da inevitabilidade da renegociação, esta assumirá o caráter de uma declaração de moratória. Será, portanto, uma medida de caráter unilateral, que provocará violenta reação dos nossos credores e graves problemas para a economia brasileira. Veremos paralisadas partes considerável de nossas importações, e nossas exportações enfrentarão graves prejuízos. Em contrapartida, se deixarmos o barco correr até o momento em que a situação de insolvência ou de ruptura de caixa se caracterize, serão os nossos credores que ditarão todas as condições da renegociação. Os prejuízos para o Brasil serão incalculáveis.

Dada a paralisação do Estado, cuja política econômica há muito se tornou mero fruto das pressões e contrapressões internas e externas, o mais provável é que ocorra a última alternativa. O problema não é de mera incompetência das autoridades econômicas. Competência ou incompetência em matéria de política econômicas é algo muito relativo. A administração de nossa dívida externa tem sido particularmente ineficiente, na medida em que reduziu nossas reservas para níveis relativos muito baixos. Mas o problema fundamental está na falta de possibilidade de agir, dadas as restrições econômicas e políticas impostas pela crise atual.

Caso, entretanto, seja possível vencer essa inércia, a solução ideal é a de propor a renegociação um pouco antes deste se tornar uma imposição do próprio sistema financeiro internacional. Ora, tudo indica que estamos muito próximos ou já chegamos a esse momento.

De fato, no Brasil já começa a se formar um consenso da inevitabilidade da renegociação. Uma tese que há pouco era considerada radical, agora está sendo adotada por grande parte do “establishment” brasileiro. E é possível que para os próprios banqueiros internacionais seja melhor uma atitude firme do Brasil, do que deixar a situação continuar a deteriorar-se.

Renegociar significará fundamentalmente reescalonar a dívida. É tolice pensar em redução na taxa de juros. Isto só acontece em caso de quebra nacional, como ocorreu com a Polônia, quando não restava outra alternativa aos credores.

É importante, entretanto, lembrar que a renegociação da dívida é desejável especialmente na medida em que o Brasil recupere a autonomia de sua política econômica, hoje atrelada à dívida externa. Mas nesse momento não é possível deixar de fazer uma pergunta: autonomia para quê? Autonomia só vale a pena quando se souber o que fazer com ela. Ora, definitivamente não é este o caso, seja em relação ao Governo, seja em relação aos empresários que ainda o apóiam. A crise paralisou todos.

Em qualquer hipótese é preciso ficar claro que a renegociação da dívida não é nenhuma panacéia. O máximo que conseguiremos é reescalonar a dívida e ganhar um pouco mais de poder de manobra sem pagar maiores juros. Em última análise, só vale a pena tomarmos a iniciativa de solicitarmos a renegociação para que nossos credores não o façam por nós. (Gazeta Mercantil, 05/08)